

UNIVERSIDADE ABERTA ISCED
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE LICENCIATURA EM DIREITO

Nércia Carlos: 61240835

Impostos Vigentes no Sistema Tributário Moçambicano

1 Introdução

Este trabalho fala sobre impostos vigentes no sistema tributário moçambicano, abordando a estrutura fiscal do país, os principais tributos em vigor, e o papel da administração tributária no contexto económico nacional. O sistema tributário desempenha um papel central no financiamento das políticas públicas e na promoção do desenvolvimento socioeconómico. Ele é composto por uma variedade de impostos diretos e indiretos que incidem sobre rendimentos, consumo e propriedade.

1.1 Problema

Apesar da diversidade e abrangência do sistema tributário em Moçambique, persistem desafios significativos relacionados à eficiência na arrecadação, cumprimento das obrigações fiscais e gestão administrativa. Tais dificuldades reduzem a capacidade do Estado em angariar receitas suficientes para satisfazer as necessidades da população e impulsionar o desenvolvimento. Isso levanta a seguinte questão de pesquisa: Como funciona o sistema tributário moçambicano e que estratégias podem melhorar sua eficiência?

1.2 Justificativa

A abordagem do tema deveu-se a necessidade de compreender melhor os mecanismos de arrecadação fiscal em Moçambique e de propor melhorias que possam aumentar a justiça e a eficácia do sistema tributário. Uma análise bem fundamentada dos principais impostos e da forma como são administrados torna importante para identificar oportunidades de reforma e fortalecimento institucional.

1.3 Objectivo geral:

- Compreender o funcionamento e os desafios do sistema tributário moçambicano.

1.4 Objectivos específicos:

- Identificar os principais impostos em Moçambique;
- Explicar o funcionamento do IVA;
- Distinguir o IRPS do IRPC;
- Apontar estratégias para melhorar a administração tributária.

1.5 Metodologia

Para a realização deste trabalho, foram analisados livros, artigos académicos, legislação fiscal moçambicana e documentos oficiais da Autoridade Tributária de Moçambique, com o objetivo de obter uma compreensão clara e atualizada sobre os impostos em vigor no país. A pesquisa teve carácter qualitativo, baseada em leitura crítica e interpretação de fontes bibliográficas de autores moçambicanos especializados em direito fiscal e finanças públicas. Foram também consultadas plataformas institucionais e bases de dados académicas para garantir a fiabilidade das informações. As ideias centrais foram organizadas segundo os temas definidos, permitindo uma discussão estruturada dos principais impostos, do funcionamento do IVA, das diferenças entre o IRPS e o IRPC, e das propostas de melhoria na administração tributária. Todo o conteúdo foi articulado com base em dados reais e referências que sustentam a análise e as reflexões apresentadas.

2 Principais impostos vigentes no sistema tributário moçambicano

O sistema tributário moçambicano baseia-se em uma combinação de impostos diretos e indiretos, com o objetivo de garantir recursos ao Estado. Os impostos diretos, como o IRPS e o IRPC, incidem sobre rendimentos e lucros, enquanto os indiretos, como o IVA e o ICE, incidem sobre o consumo. Essa divisão visa abranger uma maior variedade de fontes de receita pública. Segundo Mabunda (2019), essa estrutura permite ao Estado diversificar a arrecadação e reduzir a dependência de um único setor.

Outro aspeto importante é a existência de impostos específicos aplicados a atividades extrativas, como o Imposto sobre a Produção Mineira (IPM) e o Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP). Esses tributos asseguram que os recursos naturais também contribuam para o desenvolvimento nacional (Mabunda, 2019).

Além dos tributos nacionais, há também impostos de âmbito local, como o Imposto Pessoal Autárquico (IPA) e o Imposto Predial Autárquico (IPRA), que ajudam no financiamento dos serviços prestados pelas autarquias. Para Nhantumbo (2020), a autonomia fiscal local é importante para o fortalecimento da governação descentralizada.

É importante notar que, apesar dessa diversidade, a arrecadação ainda enfrenta problemas relacionados à informalidade e à evasão fiscal. Esses obstáculos indicam a necessidade de reformas e melhorias contínuas na administração tributária.

Assim, compreender os principais impostos e suas características é essencial para avaliar o equilíbrio, justiça e eficácia do sistema fiscal moçambicano.

3 Funcionamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Moçambique

Em Moçambique, o IVA é uma das principais fontes de receita tributária e incide sobre o consumo de bens e serviços. Esse imposto é recolhido em cada etapa da cadeia produtiva, mas o seu peso final é suportado pelo consumidor. De acordo com Filotchila (2022), o método de crédito fiscal aplicado permite ao vendedor abater o imposto pago nas compras, evitando a duplicação da carga tributária.

A aplicação do IVA em Moçambique é feita à taxa padrão de 17%, com algumas exceções previstas na legislação. A sua eficácia depende do correto registo e reporte por parte das empresas, o que ainda constitui um desafio para a Autoridade Tributária (Filotchila, 2022).

Além disso, as dificuldades na devolução de créditos do IVA para exportadores ou contribuintes com saldos a favor afetam a confiança dos operadores económicos. Segundo Nhavoto (2021), a morosidade nesses processos desincentiva o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

Apesar dessas dificuldades, o IVA continua a ser um imposto com forte potencial arrecadatório, especialmente se forem implementadas medidas que combatam a evasão e melhorem os sistemas eletrónicos de fiscalização.

Portanto, é essencial reforçar a capacidade institucional para que o IVA seja aplicado de forma eficiente, justa e transparente, contribuindo adequadamente para o financiamento do Estado.

4 Diferença entre o IRPS e o IRPC

O IRPS é um imposto individual que procura adaptar-se à capacidade contributiva de cada cidadão. Como é progressivo, as taxas aumentam conforme os rendimentos sobem. Isso promove a justiça fiscal, ao exigir mais de quem pode contribuir mais. Conforme Chivambo (2018), essa estrutura favorece a redistribuição da riqueza e combate as desigualdades.

O IRPC, por sua vez, é um imposto com taxa fixa sobre os lucros das pessoas coletivas, como empresas. Essa uniformidade busca garantir simplicidade no cálculo e previsibilidade para o setor empresarial (Chivambo, 2018). Porém, pode não refletir de forma justa a capacidade contributiva das empresas em contextos diferentes.

Enquanto o IRPS lida com rendimentos pessoais, o IRPC foca no desempenho económico de entidades coletivas. A distinção entre ambos é importante para evitar dupla tributação e para promover a equidade entre pessoas e empresas (Filotchila, 2022).

Há também diferenças no cumprimento e na fiscalização: o IRPC está mais sujeito a planeamento tributário, enquanto o IRPS depende mais da capacidade do Estado de monitorar rendimentos informais.

Dessa forma, entender essa diferenciação ajuda a avaliar como cada imposto contribui para a justiça fiscal e a sustentabilidade das contas públicas.

5 Estratégias para melhorar a eficiência da administração tributária em Moçambique

Melhorar a administração tributária em Moçambique exige a modernização dos sistemas e o combate à evasão. A digitalização dos processos, como a emissão eletrónica de faturas e declarações fiscais online, pode aumentar a eficiência e a transparência. Segundo Mabunda (2019), sistemas modernos reduzem erros humanos, fraudes e custos administrativos.

Além da tecnologia, é preciso capacitar os funcionários da Autoridade Tributária, promovendo uma cultura de integridade e excelência no serviço público. Para Nhantumbo (2020), a formação contínua dos agentes fiscais tem impacto direto na eficácia da fiscalização.

Outra estratégia é simplificar o sistema tributário, tornando-o mais acessível e compreensível aos contribuintes. A linguagem complexa das leis e a burocracia excessiva são apontadas como barreiras ao cumprimento voluntário (Nhavoto, 2021).

A sensibilização da população sobre a importância dos impostos também é fundamental. Campanhas de educação fiscal nas escolas e nos meios de comunicação podem aumentar a consciência cívica e o engajamento dos cidadãos.

Por fim, a colaboração com instituições internacionais pode ajudar na adoção de boas práticas e no fortalecimento institucional, garantindo um sistema tributário mais justo e eficiente.

6 Considerações finais

A análise fundamentada em fontes especializadas e documentos oficiais permitiu uma compreensão aprofundada do sistema tributário moçambicano, destacando os principais impostos vigentes, o funcionamento do IVA, as diferenças entre IRPS e IRPC, bem como os desafios enfrentados pela administração fiscal. A investigação mostrou que, embora o sistema apresente uma estrutura diversificada e adequada para a arrecadação, existem obstáculos significativos relacionados à informalidade econômica, evasão fiscal e limitações na capacidade de fiscalização que comprometem a eficiência do sistema. As estratégias propostas, como a modernização dos processos administrativos, a capacitação dos agentes fiscais e a simplificação dos procedimentos tributários, são essenciais para superar esses desafios. Dessa forma, o estudo contribui para um melhor entendimento do contexto fiscal moçambicano e oferece caminhos viáveis para o aprimoramento da arrecadação e da justiça fiscal, fatores fundamentais para o desenvolvimento sustentável do país.

7 Referências bibliográficas

Chivambo, A. (2018). *Manual de Finanças Públicas em Moçambique*. Maputo: Escolar Editora.

Filotchila, J. M. (2022). *Sistema fiscal em Moçambique: teoria e prática*. Maputo: UEM Publicações.

Mabunda, P. M. (2019). *Introdução ao Direito Fiscal Moçambicano*. Beira: Editora do Centro de Estudos Fiscais.

Nhantumbo, C. A. (2020). *Administração Tributária e Desenvolvimento Económico*. Nampula: Instituto de Gestão Pública.

Nhavoto, A. J. (2021). *Evasão Fiscal e Reforma Tributária em Moçambique*. Quelimane: Edições Zambézia.